

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional**

**Período de Análise: 01/12/2013 a 31/12/2013**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## **Índice**

<b>É inadmissível que exista ser humano que passe fome</b> – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 10/12/2013 .....	3
<b>Brasil ganha mais importância na estratégia da FAO.</b> Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 10/12/2013.....	4
<b>Fronteiras da biotecnologia.</b> Xico Graziano – O Estado de São Paulo, Opinião. 10/12/2013.....	6
<b>Mobilização consegue barrar PL que pede liberação das sementes terminator</b> – Site do MST. 12/12/2013 .....	8
<b>Quinoa dos Andes será cultivada na África e na Ásia para combater a fome</b> – Folha de São Paulo, Comida. 16/12/2013.....	9
<b>Adoção da biotecnologia atinge 40,2 milhões de hectares no país.</b> Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 17/12/2013 .....	10
<b>Por que somos os campeões no consumo de agrotóxicos?</b> Ludia Cintra – Site do MST. 17/12/2013 .....	11
<b>Microorganismos não substituirão os transgênicos, diz CEO da Novozymes.</b> Clemens Bomsdorf – Valor Econômico, Agronegócios. 17/12/2013.....	15
<b>Área com transgênicos volta a avançar no país.</b> Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 18/12/2013 .....	16
<b>O que é normal no capitalismo?</b> Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 20/12/2013.....	17
<b>Monsanto censura e difama pesquisas contrárias ao seu milho transgênico.</b> Silvia Ribeiro – Site do MST. 20/12/2013.....	19
<b>Não faltarão alimentos nas próximas décadas.</b> Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 28/12/2013 .....	21
<b>Doação de cestas de alimentos beneficia mais de 380 mil famílias.</b> Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 30/12/2013 .....	22
<b>MDS e Fiocruz realizam curso à distância de Educação Alimentar e Nutricional</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 31/12/2013 .....	23
<b>No bolso dos pobres.</b> Luiz Antonio Cintra – Site da Carta Capital, Economia. 31/12/2013.....	24

## **É inadmissível que exista ser humano que passe fome – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 10/12/2013**

Em artigo, Dom Flávio Giovenale, Bispo de Santarém (PA) e presidente da Cáritas Brasil, comunica o lançamento da campanha mundial contra a fome, a pobreza e as desigualdades. A campanha é uma parceria entre a Cáritas Brasil e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). “Vivemos em um país que teima em fazer reforma agrária ao inverso”, diz.

Hoje, 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Cáritas Brasileira lançam a campanha mundial contra a fome, a pobreza e as desigualdades. Com o tema "Uma família humana, pão e justiça para todas as pessoas", queremos sensibilizar e mobilizar a sociedade sobre essas realidades responsáveis por grandes mazelas no mundo e no Brasil. A campanha faz parte de uma mobilização mundial da Caritas Internationalis, que articulou as 164 organizações membro para esse grande movimento em favor da vida, dos direitos humanos e da justiça social.

O papa Francisco, em sua primeira exortação apostólica, chamou a atenção ao dizer que "não se pode tolerar mais o fato de se lançar comida no lixo, quando há pessoas que passam fome. Isso é desigualdade social. Assim como o mandamento "não matar" põe um limite claro para assegurar o valor da vida humana, também hoje devemos dizer "não a uma economia da exclusão e da desigualdade social". Esta economia mata. Dessa forma, o Santo Padre reafirma a opção da Igreja pelos empobrecidos e a urgente necessidade de pararmos e prestarmos atenção à realidade que está em nossa volta.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) diz que, hoje, 842 milhões de pessoas sofrem com a fome no mundo, ou seja, um em cada oito seres humanos não tem acesso a uma alimentação adequada e de qualidade. O Relatório da Riqueza Global, lançado este ano pelo banco suíço Credit Suisse, afirma que, se a riqueza produzida no mundo em 2013, que foi de US\$ 241 trilhões, fosse distribuída em partes iguais entre as pessoas adultas do planeta, cada um iria receber US\$ 56.600. Não podemos mais admitir esses dados: os 10% mais ricos controlam 86% da riqueza global, enquanto apenas 32 milhões de adultos, em um mundo com 7 bilhões de habitantes, possuem 41% da riqueza mundial. Além disso, dois terços dos adultos da humanidade — 3,2 bilhões — só conseguem dividir 3% da riqueza mundial.

O Brasil, como muito se tem divulgado, é a sexta economia mais rica do mundo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas 57 milhões de pessoas vivem em estado de pobreza, ou seja, sobrevivem com meio salário mínimo. Mesmo com programas de distribuição de renda promovidos pelo governo federal, como o Bolsa Família, 20% dos mais ricos ainda detém 63,8% da renda nacional, enquanto os 20% mais pobres acessam apenas 2,5% de toda a riqueza que é produzida pelo país. O Atlas de Exclusão Social: os ricos no Brasil mostra que o país tem mais de

51 milhões de famílias, mas somente 5 mil apropriam-se de 45% de toda a riqueza e renda nacional.

É fato que o Brasil tirou milhões de brasileiros da extrema pobreza, mas em que condições? É aceitável definir a pobreza a partir de uma quantidade de dólares ou reais por dia? Trata-se da superação efetiva das necessidades básicas ou apenas evitar a morte pela fome? A produção agropecuária pode garantir alimentação para 12 bilhões de seres humanos. Como somos pouco mais de 7 bilhões, há evidente desperdício e impedimento de que muitos tenham acesso aos alimentos. Vivemos em um país que teima em fazer reforma agrária ao inverso: aumenta a quantidade de terra sob controle de uma minoria e diminui a destinada aos pequenos proprietários, que são produtores de mais de 70% dos alimentos da nossa população.

A campanha mundial contra a fome e a pobreza, no Brasil, vai promover processo de escuta e diálogo com os grupos, comunidades e paróquias, com o intuito de identificar como os próprios empobrecidos enxergam a questão da pobreza e da miséria no país. Não vamos retratar a fome, a pobreza e a miséria apenas como números que colocam o ser humano em uma condição de estatística. Vamos retratar a verdadeira face dessa realidade e quem nos contará essa história serão os próprios rostos da pobreza, da fome e da miséria no Brasil. A expectativa é que, em setembro de 2014, um documento sistematizado com o resultado de todos esses diálogos seja lançado para a sociedade brasileira.

Alimentados e animados pela frase do nosso grande mestre fundador, dom Helder Câmara, que nos ilumina dizendo que "o verdadeiro cristianismo rejeita a ideia de que uns nascem pobres e outros ricos", vamos alicerçados na esperança e na confiança do Santo Padre, o papa Francisco, seguindo a nossa missão.

---

### **Brasil ganha mais importância na estratégia da FAO. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 10/12/2013**

O boliviano Alan Bojanic assumiu em março deste ano o "cobiçado" cargo de representante da FAO no Brasil. Cobiçado, diz ele, porque para um funcionário do braço das Nações Unidas para agricultura e alimentação, nada melhor que estar no país neste momento. "O Brasil é estratégico para a FAO e certamente para a minha carreira", afirma Bojanic, que passou os quatro anos anteriores dirigindo a agência da FAO em Santiago do Chile.

O entusiasmo se explica: há anos considerado o "celeiro do mundo", o Brasil passou a exercer agora um papel maior com a escolha de José Graziano - uma das cabeças por trás do projeto Fome Zero do governo federal brasileiro - para a direção geral da entidade em 2011. "Com a chegada de Graziano, a FAO mudou a forma como trabalhou por 30 anos, que priorizava os projetos dentro do Brasil, para projetar o conhecimento do Brasil ao exterior", afirma Bojanic, em entrevista por telefone ao Valor. "O Brasil é

um dos poucos países do mundo com conhecimento em agricultura tropical. Essas experiências devem ser repassadas".

A primeira ação foi descentralizar a administração de projetos. Em uma experiência inédita, a FAO terá outros três escritórios no país para fazer a identificação e mapeamento de experiências de sucesso na agricultura, tanto de tecnologia quanto de organização da produção. O primeiro escritório foi aberto em Curitiba, com aporte previsto de US\$ 100 mil por ano da Secretaria de Agricultura do Paraná, da Itaipu Binacional e da própria FAO. Em 2014 está prevista a abertura da segunda unidade, em Campina Grande (PB). Depois, na Amazônia.

"Não podemos ficar só em Brasília. A ideia é ter escritórios descentralizados - queremos pelo menos três - para juntar as realidades tão diferentes desse país. Precisamos de um olhar perto", diz Bojanic. Segundo ele, se der certo - a FAO conta com recursos das parcerias para levar adiante esse plano -, o modelo poderá ser replicado nos outros BRICS (Rússia, Índia e China e África do Sul).

A escolha de Curitiba se baseou na tradição de cooperativismo agrícola do Paraná. Para a FAO, mais que a tecnologia em si - algo que o Brasil já vende, sobretudo por meio da Embrapa -, o modelo organizacional do campo deve ser exportado numa relação mais estreita de cooperação Sul-Sul. "Temos experiências para mostrar ao mundo", afirma Bojanic, formado no Reino Unido em economia agrícola e PhD em florestas tropicais.

Além de exportar know-how, esses escritórios servirão também para receber especialistas de fora, direcionados para as especificidades de cada região. Caso dos representantes da Costa Rica, detentores de boa experiência em pagamentos por serviços ambientais. Bojanic afirma ter realizado mais de cem intercâmbios este ano, sobretudo com países latino-americanos e africanos, e tem como meta dobrar o número de visitas técnicas ao Brasil e do Brasil ao exterior.

Mas para fazer o Brasil acontecer, aqui ou no exterior, o dirigente da FAO terá de contar com o interesse mútuo por desenvolvimento da iniciativa privada e pública - os modelos de PPP ainda engatinham na área agrícola. Apesar do repasse de € 3 milhões pelo governo brasileiro à FAO este ano, apenas US\$ 500 mil voltaram para o país, e servem basicamente para o custeio da entidade. "Há países que precisam mais", explica. Os 20 funcionários - sete deles técnicos - tampouco dão conta da demanda por assistência técnica e projetos que a FAO administra no país.

No campo político, a FAO também tenta exercer alguma influência. Em aparições públicas, Bojanic costuma pedir mais do país para garantir a segurança alimentar, tema central de atuação da agência da ONU. "O Brasil precisa resolver seus problemas estruturais", afirma. Um deles é a falta de visão política de longo prazo. Outro é a falta de planejamento - duas vertentes que se confundem e culminam com o caos logístico que se vê hoje. "As rodovias são um problema. E segurança alimentar não é só produzir os alimentos, mas transportá-los. Se queremos que o Brasil seja líder mundial nas áreas

de produção de alimentos, é preciso ter organização e visão. Onde o Brasil quer estar em 30 anos?"

Ele cita como exemplo políticas pontuais em que o governo injeta recursos sem trabalhar a cadeia como um todo. "Há coisas boas, como o Plano Safra", diz. "Mas não é estruturado. O transporte dessa safra não está sendo pensado".

A comparação com o Chile é feita, seja pela proximidade física ou pela disparidade logística com o Brasil. "No Chile, apesar das condições diferentes - metade do território é deserto, os portos são próximos e os Andes servem como uma barreira natural a doenças - eles têm uma visão de futuro para fortalecer essas áreas que são competitivas e gerar mais renda e divisas. Investem muito em pesquisa. O Chile quer ser uma potência em frutas e florestas", diz Bojanic. "Eles estão trabalhando fortemente também com seguro rural e sanidade. E ainda assim eles acham que é insuficiente. Isso deveria servir de modelo para o Brasil".

---

### **Fronteiras da biotecnologia. Xico Graziano – O Estado de São Paulo, Opinião. 10/12/2013**

Plantas transgênicas vieram para ficar. E prevalecer. Suas variedades passaram a dominar a safra de grãos no Brasil. Na corrida tecnológica, ninguém segura a engenharia genética. A ciência vence o medo obscurantista.

Lavouras geneticamente modificadas de soja, milho e algodão, nessa ordem, lideram, com dois terços, a semeadura da área nacional. Produtividade, facilidade no trato, economia de defensivos: aqui as razões principais que explicam seu notável desempenho. Problemas agrônômicos, como resistência de ervas invasoras a herbicidas ou ressurgência de pragas, existem, mas se assemelham aos das lavouras convencionais. Não se comprovou alguma tragédia ambiental, tampouco dano à saúde humana, decorrente do uso específico de transgênicos.

Há séculos o melhoramento genético tradicional tem modificado os organismos. As variedades atualmente plantadas ou criadas pouco se parecem com suas ancestrais: o frango deixou de ser caipira, o milho tornou-se ereto, as frutas perdem suas sementes. Nenhum alimento continua "natural". O patamar da evolução mudou, porém, quando os cientistas descobriram a possibilidade de modificar artificialmente o DNA das espécies. Sem cruzamento sexual.

Tudo começou em 1972. Pesquisadores perceberam que parasitas do gênero *Agrobacterium* transferiam partes de seu germoplasma para as plantas hospedeiras, estimulando nestas a produção de açúcar, do qual se alimentavam. Quer dizer, ocorria na natureza um mecanismo de transgenia. Dez anos depois, em Gent (Bélgica), cientistas conseguiram pioneiramente efetuar a transgênese em laboratório. Em seguida, certas bactérias foram geneticamente modificadas visando à produção de insulina

humana. Os diabéticos comemoraram. A ciência havia dado um tremendo salto no conhecimento.

Desde então as equipes de ponta, em oficinas públicas e privadas, passaram a investir na engenharia genética, turbinando mundialmente a biotecnologia. Esta se destacou, inicialmente, na manipulação de microrganismos. Depois, em 1996, chegou ao campo, com o lançamento de uma variedade de soja resistente à aplicação de herbicida. Começou a grande polêmica. Ativistas ambientais denunciaram a "comida Frankenstein". Religiosos condenaram os cientistas por manipularem a vida. A opinião pública ficou confusa.

Tal temor, compreensível, resultou na proposta de uma "moratória" de cinco anos, precaução adotada pela União Europeia em 1999. Esse período se considerava suficiente para buscar o esclarecimento das dúvidas sobre a nova tecnologia. O tempo passou, a engenharia genética evoluiu, os preconceitos religiosos e ideológicos cederam lugar às evidências científicas. Novas transgenias surgiram, barreiras foram caindo. Hoje, na agricultura, as variedades modernas, geneticamente alteradas, se fazem presentes em 50 países, plantadas por 17,3 milhões de agricultores, ocupando 10% da terra arável do mundo. Não é mais uma experiência.

Novidades biotecnológicas continuam surgindo. Entre animais, desenvolvem-se cabras transgênicas que produzem em seu leite uma proteína típica da teia de aranha, capaz de gerar polímeros altamente resistentes. Nos vegetais, entusiasmo a possibilidade da geração de plantas que suportam "stress hídrico". Na Embrapa, um gene de cafeeiros resistentes à seca foi introduzido em plantas de fumo, fazendo-as suportar a falta de água no solo. Em Israel, cientistas do Instituto de Tecnologia alteraram os genes de alface, impedindo que suas folhas murchem após a colheita. Sensacional.

Técnicas chamadas "DNA recombinante" invadem a medicina. Utilizando-as, o Instituto Butantã (São Paulo) desenvolveu recente vacina contra a hepatite B; também pela intervenção no genoma viral surgem vacinas contra influenza, dengue, coqueluche e tuberculose. Na Faculdade de Medicina da USP em Ribeirão Preto estuda-se uma vacina transgênica para combater câncer. Porcos geneticamente modificados em Munique (Alemanha) provocaram fraca reação do sistema imunológico humano, abrindo caminho para os xenotransplantes.

Bactérias, leveduras e fungos geneticamente modificados têm sido utilizados na fabricação de alimentos há tempos. Esses microrganismos atuam diretamente nos processos de fermentação, gerando queijos, massas, cerveja; ajudam até na definição do aroma em bebidas e comidas. Etanol celulósico, a partir do bagaço da cana ou de capim, virá de leveduras geneticamente modificadas. Na indústria, o sabão em pó contém enzimas, oriundas de bactérias transgênicas, que facilitam a degradação de gordura nos tecidos.

Na fronteira da biotecnologia desenvolve-se aqui, na Embrapa, uma incrível técnica - dos promotores constitutivos - capaz de restringir a manifestação de certas proteínas

transgênicas em folhas e frutos das plantas modificadas. Ou seja, a planta será transgênica, mas seus frutos, ou grãos, escapam do DNA alterado. O avanço da engenharia genética, base da biotecnologia, é extraordinário em todos os ramos, dando a impressão de que o melhor ainda está por vir.

Por que, então, diante de tanto sucesso ainda há restrições contra os transgênicos, taxando-os de produtos do mal? Boa pergunta. A resposta encontra-se no preconceito criado lá atrás. A rigor, hoje em dia os produtos transgênicos, submetidos a legislação super-rigorosa, são bastante seguros para o consumo. Já outros alimentos, embora "convencionais", mais parecem uma bomba química: salgadinhos, latarias, maioneses, doces insossos, essas gororobas, sim, impunemente destroem nossa saúde.

Conclusão: transgênico ou convencional, pouco importa. Vale o alimento ser saudável.

*AGRÔNOMO, FOI SECRETÁRIO*

*DE AGRICULTURA E SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO*

*DE SÃO PAULO.*

---

### **Mobilização consegue barrar PL que pede liberação das sementes terminator – Site do MST. 12/12/2013**

*Da Terra de Direitos*

Graças à mobilização intensa no Brasil e em outros países, foi barrada nesta quarta-feira (11) a votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) do Projeto de Lei 268/2007, que pede a liberação da produção e comercialização de sementes transgênicas terminator. Esta é a última comissão pela qual o PL tramita e, caso seja aprovado, vai diretamente ao Plenário da Câmara Federal.

Integrantes de organizações e entidades, com o apoio dos Deputados Nazareno Fontelles (PT-PI) e Alessandro Molon (PT-RJ), entregaram abaixo-assinado com mais de 30 mil assinaturas contra a liberação da semente. Participaram pela sociedade civil a Terra de Direitos, a Relatoria de Direitos a Terra e Território e Alimentação da Plataforma Dhesca Brasil, o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), além do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Deputado Décio Lima esclareceu que houve um acordo extra-pauta, trâmite que é regimental, com assinatura da maioria dos membros. “Não rasgo memória, não rasgo princípios. Sou contrário a proposta do PL 268/2007 pelo conhecimento técnico que tenho. O dano que a liberação dessas sementes vai causar ao ser humano e à agricultura é enorme”, garantiu o deputado.

A CCJC ainda realizará reuniões na próxima semana, havendo risco de deputados da bancada ruralista realizarem manobras para incluir o PL na pauta. As organizações e



movimentos contrários à liberação continuaram acompanhando a Comissão para evitar que entre em votação.

Terminator, ou semente suicida, visa assegurar uma espécie de “patente biológica”, impedindo que os agricultores reutilizem sementes de uma safra para outra.

O PL prevê a flexibilização da proibição imposta pela Lei de Biossegurança e pela Convenção da Diversidade Biológica às tecnologias genéticas de restrição de uso (GURTs por sua sigla em inglês). Essas tecnologias envolvem a manipulação da capacidade reprodutiva da planta na segunda geração.

---

### **Quinoa dos Andes será cultivada na África e na Ásia para combater a fome – Folha de São Paulo, Comida. 16/12/2013**

O grão de quinoa, original dos Andes, será cultivado em países da África, da Ásia e do Oriente Médio para ajudar a combater a fome, anunciou neste sábado (14) a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura).

O anúncio foi feito pelo diretor da FAO, o brasileiro José Graziano da Silva, em cerimônia realizada na cidade boliviana de Oruro, junto do presidente da Bolívia, Evo Morales, para encerrar o Ano Internacional da Quinoa.

Graziano destacou que a quinoa (*chenopodium quinoa willd*) tem "qualidades nutricionais únicas e uma enorme adaptabilidade" em seus cultivos, motivos pelos quais 26 países da África, outros da Ásia e do Oriente Médio manifestaram à FAO interesse em experimentar as plantações do grão.

Várias dessas nações estão em áreas do chifre da África, que sofre por "terríveis secas" que destroem os cultivos de trigo, mas onde a quinoa pode se desenvolver por precisar de pouca água, explicou Graziano.

A FAO apoia esses países para que introduzam as sementes de quinoa na economia familiar e também em nações como o Butão, Brunei e Sri Lanka.

"Esse alimento sagrado seguiu a rota aberta pelo milho e a batata, também originárias dos territórios indígenas latino-americanos e que hoje são a base da alimentação mundial", acrescentou o brasileiro.

O Ano Internacional da Quinoa foi considerado bem-sucedido por permitir fortalecer alianças para a pesquisa sobre o grão e projetos para seu desenvolvimento global, um trabalho que permitirá melhorar a produção mundial do alimento, hoje liderada pela Bolívia.

Os cultivos bolivianos abrangem atualmente uma superfície de 169.094 hectares, que produzem 95.530 toneladas do grão, cerca de quatro vezes as 27.739 toneladas de 2005.

Os cultivos bolivianos representam 46% da produção mundial do grão, e o Peru é o segundo produtor com 42%. O governo peruano foi um dos promotores das celebrações internacionais dedicadas ao alimento andino.

O diretor da FAO reconheceu que uma meta pendente é conseguir que os camponeses que cultivam o grão por gerações se beneficiem dos altos preços internacionais do produto, porque hoje são os intermediários que obtêm as maiores receitas.

É um alimento com propriedades superiores às do trigo, do arroz e do milho em relação à quantidade de proteínas (maior) e de gordura (menor), segundo os relatórios oficiais do governo boliviano.

"A produção de quinua representa uma oportunidade não melhorável para satisfazer a fome do mundo usando pouca água", disse Morales, embaixador do Ano, ao lembrar que as plantações nativas crescem em terras áridas e são resistentes a pragas, secas e solos pobres.

"Com a quinua certamente podemos salvar uma boa parte da humanidade", comentou o líder boliviano, que citou a importância que teve o grão, como um presente da "Mãe Terra", para os impérios andinos pré-hispânicos tiahuanacota e inca.

O presidente destacou a Bolívia ter 1.300 variedades de quinua, que podem ser semeadas em territórios de altitudes superiores aos 4.000 metros e em plantações no nível do mar.

No entanto, uma variedade exclusiva do território boliviano, a denominada "quinua real", que cresce perto de salgares e montanhas andinas, é a de maior qualidade e custo.

Durante a cerimônia de encerramento do Ano da Quinua, Morales e Graziano experimentaram um prato gigante do grão, chamado "pisara", preparado em dois dias por uma centena de cozinheiros.

A comida foi feita com 600 quilos de quinua branca, vermelha e negra, 150 quilos de carne de lhama e 250 quilos de queijo.

O governo de Oruro solicitará que este prato seja reconhecido como o maior do mundo já elaborado com quinua pelo livro dos records, o "Guinness Book".

---

### **Adoção da biotecnologia atinge 40,2 milhões de hectares no país. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 17/12/2013**

SÃO PAULO - Os produtores rurais brasileiros semearam 40,2 milhões de hectares na safra 2013/14, um avanço de 6,8% em relação à safra anterior, conforme o segundo levantamento da consultoria Céleres, divulgado nesta manhã. Em relação ao primeiro levantamento, no entanto, o resultado representa uma queda de 0,4% na adoção da biotecnologia no país.

A soja transgênica continua liderando a adoção de biotecnologia, atingindo 27 milhões de hectares, ou 67,2% da área total com culturas geneticamente modificadas. Já o milho, somando as safras de verão e de inverno, ocupará 12,5 milhões de hectares (31,2% do total) . Por último, a cotonicultura geneticamente modificada representa 1,5% da área total com esta tecnologia, ou 0,61 milhão de hectares, aponta a consultoria.

De acordo com a Céleres, o tratamento mais procurados pelos produtores rurais brasileiros foi o de tolerância a herbicida, com 25,9 milhões de hectares ou 64,5% do total. Houve uma queda, no entanto, de 0,6% em relação ao ano anterior, devido à mudança de alguns sojicultores para a tecnologia denominada RI /TH, que combina tanto resistência a insetos como tolerância a herbicidas.

Houve queda também de 5,9% na procura por sementes de algodão tolerantes à herbicida. Isso se explica, segundo o levantamento, principalmente pelos resultados ruins apresentados por esta tecnologia e pela mudança para sementes resistentes a insetos, devido ao aumento expressivo do ataque de lagartas.

Na análise por Estado, o levantamento aponta para um avanço da transgenia nos principais produtores do país, com destaque para a nova fronteira agrícola de “Mapitoba” - Maranhão, Piauí, Tocantins e oeste Baiano.

De modo geral, o Mato Grosso lidera o ranking nacional com um total de 10,9 milhões de hectares cultivados com lavouras geneticamente modificadas. Em seguida aparece o Paraná, com 7 milhões de hectares e o Rio Grande do Sul, com 5,5 milhões de hectares.

---

### **Por que somos os campeões no consumo de agrotóxicos? Ludia Cintra – Site do MST. 17/12/2013**

#### *Da Superinteressante*

Endosulfan é um agrotóxico usado em lavouras de café e soja que causa distúrbios hormonais e aumenta o risco de câncer. Foi proibido na Alemanha em 1991 e no resto da Europa pouco depois. No Brasil, o endosulfan foi totalmente banido somente em julho de 2013.

Pelos ares, um problema parecido. A pulverização feita por aviões é regulamentada pelo Ministério da Agricultura, mas, nas fazendas europeias, jogar agrotóxico do céu já faz parte do passado desde 2009. Estudos mostram que, mesmo seguindo todas as recomendações de temperatura e ventos, somente 32% das substâncias despejadas do céu permanecem nas plantas. O restante contamina solo, água e áreas vizinhas às plantações.

Por mais que você faça esforço para acordar cedo e escolher as mais vistosas verduras e frutas da feira orgânica do bairro, os agrotóxicos (ou defensivos agrícolas, como prefere a indústria do setor) estão por toda a parte no Brasil. Resultado de uma política que

incentivou o país a setornar um dos maiores fornecedores de produtos agrícolas do mundo, os químicos encontram no Brasil terreno fértil para se pulverizar.

O país é um dos campeões no consumo de agrotóxicos, o que, segundo a indústria química, não passa de um efeito colateral de um objetivo nobre: aumentar a produtividade das lavouras brasileiras. O setor da aviação agrícola argumenta, por exemplo, que suprimir as baforadas de agrotóxicos reduziria em até 40% a produtividade.

Ninguém discorda dos benefícios do agronegócio eficiente, que traz bons resultados para o Brasil nas exportações e assegura (ou pelo menos deveria assegurar) preços mais baixos nas gôndolas de supermercados. Mas, vistas com lupa, as regras brasileiras sobre o uso de químicos nas lavouras parecem estagnadas no tempo.

Um dossiê de 2012 da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) aponta que, dos 50 produtos mais utilizados nas lavouras brasileiras, 22 são proibidos na União Europeia, o que faz com que o país seja o maior consumidor de agrotóxicos já banidos em outros locais do mundo, de acordo com a entidade.

Outro documento, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), mostra que grande parte do estoque de produtos organofosforados banidos na China em 2007 tem sido enviados ao Brasil.

A consequência: em 2011, um a pesquisa da Universidade Federal do Mato Grosso em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz comprovou que até mesmo o leite materno pode conter resíduos de agrotóxicos. O estudo coletou amostras em mulheres do município de Lucas do Rio Verde (MT), um dos maiores produtores de soja do país. Em 100% delas foi encontrado ao menos um tipo de princípio ativo.

Em algumas, até seis tipos. E em 70% das amostras o endosulfan estava presente. Hoje, é difícil dissociar safras recordes e indústria química, responsável pela fabricação de herbicidas, inseticidas e fungicidas, que matam e controlam a disseminação de plantas daninhas, insetos e fungos nas plantações.

Só em 2012, 185 milhões de toneladas de grãos foram colhidos no Brasil. Para chegar lá, agricultores têm uma infinidade de opções tecnológicas para evitar perdas de produção: cerca de 1.640 agrotóxicos estão registrados no país.

### *Incentivo público*

Para entender como chegamos a uma posição de destaque no ranking químico, é preciso retroceder pelo menos até 1975, quando o regime militar incentivou o uso de agrotóxicos com o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas, que condicionava a obtenção de crédito rural à aplicação de pesticidas.

"Foi também nessa época que apareceram as primeiras denúncias de contaminação de alimentos e intoxicação de trabalhadores rurais", explica o engenheiro agrônomo e

consultor ambiental Walter Lazzarini, envolvido na formulação da Lei dos Agrotóxicos brasileira, em 1989, que estabeleceu regras mais rigorosas para a concessão de registros de novos produtos.

A lei vigora até hoje, com algumas mudanças no texto original. O gargalo, porém, está no cumprimento da legislação. "O país investe menos do que deveria em fiscalização e monitoramento", comenta Decio Zylbersztajn, professor e criador do Centro de Conhecimento em Agronegócios da FEA/ USP.

No Brasil, o processo de registro de novos produtos passa por três ministérios (Agricultura, Meio Ambiente e Saúde) , mas o número de pessoas que trabalham com agrotóxicos nesses órgãos é 20 vezes menor que a equipe dedicada ao assunto nos EUA , onde cerca de 850 pessoas atuam na área.

Aqui, os fabricantes têm isenção de alguns impostos, e o preço de registro de novos agrotóxicos é de no máximo US\$1 mil. Nos EUA, custa até US\$ 630 mil. Outro ponto polêmico: a legislação brasileira não prevê reavaliações periódicas obrigatórias dos agrotóxicos registrados.

Nos EUA, os produtos são re - avaliados a cada 15anos (e cada reavaliação custa US\$ 150 mil para o fabricante), e na União Europeia, a cada dez anos."O avanço da ciência permite identificar efeitos nocivos não observados no processo de registro e, com base em uma reavaliação, medidas podem ser tomadas para mitigar esses efeitos", defende Robson Barizon , pesquisador de Dinâmica de Pesticidas no Ambiente da Embrapa.

Em 2008, a Anvisa elegeu 14 princípios ativos para reavaliação. Apenas cinco foram concluídas até agora. "O processo de reavaliação é um trabalho científico e por isso o embasamento para a decisão final precisa estar muito bem sustentado", explicou a agência por meio de sua assessoria de imprensa.

"A Anvisa teve algumas dificuldades por causa da judicialização da questão por parte de empresas que tentaram impedir as reavaliações." Um dos defensivos ainda em análise é o glifosato, um dos herbicidas mais vendidos no mundo, introduzido no mercado pela Monsanto nos anos 70 sob o rótulo Roundup. No Brasil, 55 produtos à base de glifosato são autorizados para mais de 20 culturas, como feijão, arroz e banana.

Outra política brasileira que gera protestos: uma instrução aprovada em 2010 permite que os fabricantes usem os resultados de seus estudos para plantas com características botânicas semelhantes .

Por exemplo: um agrotóxico autorizado para o alface poderá ser registrado para outras 10 verduras, como o agrião e a rúcula. "Esse cenário exige menos recursos e estrutura laboratorial das empresas", diz Barizon. A decisão, claro, não agrada a todos.

"A composição dos alimentos é diferente. A população não pode correr o risco de ser cobaia de produtos aprovados por semelhança", diz o consultor ambiental Walter

Lazzarini. Por outro lado, a indústria critica o tempo de espera para novos registros, que demora em média 33 meses.

"O sistema regulatório para agroquímicos encontra-se em uma situação inaceitável. É muito truncado. São três agências e cada uma tem o seu tempo para avaliar", reclama Geraldo Berger, diretor de Regulamentação da Monsanto.

Precisamos deles?

Os agrotóxicos se popularizaram a partir da Segunda Guerra Mundial, quando houve investimentos massivos em armas químicas. Muitos dos produtos desenvolvidos para conflitos foram depois destinados à agricultura. Um dos exemplos mais emblemáticos foi o agente laranja, usado pelos EUA no Vietnã para arrancar as folhagens das árvores e aumentar o campo de visão dos soldados norte-americanos.

Um dos seus princípios ativos (o 2,4-D), ainda está autorizado no Brasil para arroz, cevada, café, soja e outros. A proliferação química começou a ser contida nos anos 60, quando a bióloga norte - americana Rachel Carson denunciou que inseticidas organoclorados como o DDT possuem efeitos nocivos à saúde e à natureza.

Seus estudos originaram o livro Primavera Silenciosa, um marco na crítica aos químicos. Nele, Rachel relatou que o DDT foi encontrado no fígado de aves e peixes de todas as ilhas oceânicas do planeta.

A repercussão da obra levou à criação da Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA) em 1970 e culminou na proibição da substância no país. Aqui, o DDT saiu do mercado em duas etapas: em 1985, quando foi proibido no campo, e em 2009, ano do banimento definitivo.

Enquanto isso, a demanda por tóxicos cresce junto com a necessidade de alimentar os bilhões pelo mundo. Cultivar uma única espécie em um terreno onde dezenas de plantas costumavam conviver abre espaço para explosões de "pragas", isto é, uma superpopulação incentivada pela ausência de predadores.

"A homogeneização é a pior maneira de aproveitar espaços, sol e água. Essas áreas exigem aplicações massivas de químicos", afirma Leonardo Melgarejo, agrônomo do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nos últimos anos, produtores brasileiros ainda tiveram que enfrentar a aparição de pragas inesperadas, de difícil controle.

O fungo da ferrugem asiática, por exemplo, gerou perdas que chegaram a 40 milhões de sacas de soja na safra 2012/2013, segundo a Associação Nacional de Defesa Vegetal. Mas, se não houvesse controle, o Brasil dificilmente estaria na segunda colocação da produção mundial de soja.

"Sem essa indústria, não só Brasil, mas o mundo teria grande dificuldade de suprir alimento para a população", defende o professor Zylbersztajn. Para ele, cumprir as

regras de segurança é mais importante do que produzir apenas alimentos orgânicos, por exemplo.

"O agrotóxico vai deixar resíduo? Sim. Assim como quando você toma remédios acaba tendo efeito colateral. Mas qual é a alternativa? Não tem alternativa. Éo melhor que a gente consegue fazer", conclui.

A indústria argumenta que a inevitável queda de produtividade torna a alimentação 100% orgânica inviável. "Os agroquímicos são necessários para manter o nível de produção que temos no Brasil. A maior sustentabilidade que podemos proporcionar para a agricultura é produzir mais com menos", diz Berger, da Monsanto. Há quem discorde.

Para Leonardo Melgarejo, a policultura é mais produtiva e fornece alimentos mais saudáveis. "Os custos de largas áreas sustentadas por agroquímicos não justificam os resultados. Parte do esforço dirigido para a manutenção do atual modelo deve ser redirecionada para a construção de outro, mais compatível com as necessidades da maioria."

Em 16 municípios do Rio Grande do Sul, por exemplo, 400 famílias participam de um projeto de cultivo de arroz sem agrotóxicos. O rendimento da produção , cerca de 3,75 toneladas por hectare, é menos da metade de uma lavoura tradicional, tratada com químicos.

"Eles dominam uma tecnologia que concorre com lavouras modernas, praticam custos inferiores e não poluem as águas. Se esses resultados foram obtidos sem apoio intensivo de políticas públicas, o que podemos esperar na presença de crédito, pesquisa e assistência especializada?", pergunta Melgarejo.

As respostas podem estar com o consumidor, que decide o que vai comer.

---

### **Microorganismos não substituirão os transgênicos, diz CEO da Novozymes. Clemens Bomsdorf – Valor Econômico, Agronegócios. 17/12/2013**

COPENHAGUE - O CEO da empresa dinamarquesa de biotecnologia Novozymes, Peder Holk Nielsen, afirmou hoje que o recente acordo fechado com a Monsanto não tem como objetivo substituir os organismos geneticamente modificados.

Nielsen disse que os microorganismos que ajudam as plantas a crescer ou a resistir a pragas são feitos para elevar a produtividade do campo, e que isso não significa um recuo do uso de sementes transgênicas.

A Novozymes assinou na semana passada um acordo com a americana Monsanto, pelo qual recebeu US\$ 300 milhões para acelerar o desenvolvimento de microorganismos que alavanquem a produtividade das sementes. A Monsanto produz variedades geneticamente modificadas, como milho, soja e algodão, mais tolerantes e resistentes a

herbicidas e pragas. A transgenia é criticada por alguns setores da sociedade, como grupos ambientalistas, por possíveis malefícios ao meio ambiente ou à saúde humana.

“Seria errado enxergar os microorganismos como uma alternativa”, afirmou Nielsen. “Para elevar a produtividade, os microorganismos devem ser aplicados em transgênicos ou não”. Os microorganismos, ele ressaltou, são encontrados na natureza — e não têm os genes alterados.

De acordo com Nielsen, o negócio pode impulsionar significativamente os esforços da gigante dinamarquesa para elevar a oferta mundial de alimentos.

A Novozymes atribui o segmento de agricultura a 15% do seu faturamento de US\$ 1,62 bilhão nos primeiros nove meses de 2013. A maior parte do seu negócio é a venda de enzimas utilizadas em produtos desde a indústria alimentícia até à de cerveja, detergentes e produtos para a casa. Nielsen, no entanto, deseja tornar a companhia mais ativa.

---

### **Área com transgênicos volta a avançar no país. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 18/12/2013**

Os produtores brasileiros deverão semear 40,2 milhões de hectares com soja, milho e algodão transgênicos nesta safra 2013/14, conforme o segundo levantamento da Céleres sobre adoção de biotecnologia no país, divulgado ontem. A estimativa é 0,4% inferior à anterior, mas, se confirmada, representará um aumento de quase 7% em relação a 2012/13, em termos absolutos.

De acordo com a consultoria, a soja continuará liderando a produção geneticamente modificada. Serão 27 milhões de hectares, ou 67,2% da área total com transgênicos. Já a área de milho modificado deverá chegar a 12,5 milhões de hectares, somadas as safras de verão e de inverno. O algodão transgênico, finalmente, ocupará pouco mais de 600 mil hectares.

A Céleres informou que a tecnologia mais procurada pelos agricultores brasileiros foi a que proporciona tolerância a herbicidas, com 25,9 milhões de hectares (64,5% do total). Mas, nesse caso, houve uma queda de 0,6% em relação ao ciclo anterior devido à mudança de alguns sojicultores para a tecnologia denominada RI /TH, que combina tanto resistência a insetos como a agrotóxicos.

Houve uma queda também de 5,9% na procura por sementes de algodão tolerantes à herbicida. Isso se explica, segundo o levantamento, principalmente pelos resultados ruins apresentados por essa tecnologia e pela mudança para sementes resistentes a insetos, devido ao aumento expressivo do ataque de lagartas.

Na análise por Estado, o levantamento aponta para um avanço da transgenia nos principais polos produtores do país, com destaque para as regiões de Cerrado do chamado "Mapitoba" - confluência entre Maranhão, Piauí, Tocantins e oeste Baiano. De



modo geral, Mato Grosso lidera o ranking nacional com um total de 10,9 milhões de hectares cultivados com lavouras geneticamente modificadas. Em seguida aparecem o Paraná, com 7 milhões de hectares, e o Rio Grande do Sul, com 5,5 milhões.

---

**O que é normal no capitalismo? Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 20/12/2013**

*Reduzir a força de trabalho no campo é normal. Levar as pessoas à fome, não*

A coluna se antecipa ao dia de Natal. Uma imagem consagrada como agrária. O que tínhamos naquele tempo. Homens e mulheres semeando e pastoreando terras para a sobrevivência e reprodução da humanidade.

“E o que temos para hoje”? Pouco mais. A placa na porta do boteco oferece felicidade com feijão, arroz, guisado, ovo frito.

Neste terceiro milênio, o Brasil se acredita em tom maior. O fulano do iate de cinco milhões de dólares, o sicrano com bilhões de seguidores nas redes sociais, os magotes brindando com champanhe Cristal nas festas de fim de ano.

Ao mesmo tempo, crescemos e voltamos a acreditar em Papai Noel.

De minha parte, penso num senhor negro de carapinhas brancas, terno cinza amarfanhado, gravata preta, que espera o ônibus vir célere pela faixa exclusiva. Lê um livro. Um olho nas letras pequenas outro nos destinos que se vão anunciando.

Curioso, me aproximo. Estão lá um homem de quem não sei o nome e Manoel de Barros. Dar-se-ão bem.

E vocês aí? Pensando que hoje iremos de lirismo agro? Coisa ou zorra nenhuma! Sigo logo para a aridez que afasta comentários e passa longe das folhas e telas cotidianas, ensandecidas, preparando o morticínio sufragista de 2014 ou perscrutando os atributos que justificam o salário de Sabrina Sato.

Sugiro um livro: Dinâmicas de classe da mudança agrária (Editora UNESP, 2011), de Henry Bernstein, professor na Universidade de Londres. Será usado nesta e na próxima coluna.

Já comentei considerar estéreis discussões que condenem os rumos tomados pela agropecuária brasileira e seu atual estágio como agronegócio. É uma formação autóctone, escrita pela história de nossa formação econômica.

Não que isso me satisfaça. Não que ache justos seus resultados. Não que nada se possa fazer para melhorá-los. Mas “é o que temos”, e assim vamo-nos dando bem na macroeconomia e em relação a mazelas mais penosas.

Bernstein constata: “a pobreza global continua a ser, significativamente, um fenômeno rural; os pobres rurais constituem três quartos dos pobres do mundo”. Enquadra isso como “questão multidimensional” (econômica, política, social, cultural, sexual, ambiental, etc.) e mostra a globalização neoliberal acelerando a troca da pobreza rural pela urbana.

O quadro é evolucionário. Em 12 mil anos, a maioria dos habitantes do planeta trabalhou cultivando a terra. Em 1750, início da 1ª etapa da industrialização, sustentava 770 milhões de pessoas.

A partir daí, a relevância passou ao uso de tecnologia, e sua pauperização aumentou. Na contramão mesmo da finalidade básica de seu trabalho: alimentar-se.

Em 1950, a população mundial já estava em 2,5 bilhões; em 2008, em mais de seis bilhões. Momento em que a população urbana se equipararia à rural e passaria a superá-la.

É normal no capitalismo a industrialização reduzir a força de trabalho no campo. Fatídico, pois, que a maioria da população agrária do planeta esteja no Terceiro Mundo ou no Hemisfério Sul. Segundo a ONU, 97% nos países em desenvolvimento.

O que não é normal é o capitalismo, em suas formas e etapas, levar esses remanescentes à fome.

Tudo isso traz um quê de insensibilidade, desconhecimento, busca de privilégios, quando no Brasil se criminaliza movimentos sociais pela terra, programas voltados à agricultura familiar, assistencialismos como Bolsa Família, merrecas que serviram para amenizar a fome de 50 milhões de pessoas.

Recentemente, em sua coluna na Folha de S. Paulo, a senadora (PMDB-TO) e presidente da CNA, Kátia Abreu, criticou o uso, em livros escolares, do termo campesino. Concebia-o marxista.

Pois saiba, nobre senhora, que em muitas regiões do País, “é o que temos para o momento”, em base a relações de sociedades pré-capitalistas. Aí bobou, ou não quis aproximar sua lupa, a competente equipe que a assessora.

Se a industrialização trouxe produtividade através de ferramentas tecnológicas e fez criar produção e excedentes comerciais, desperdiçados e mal distribuídos, em muitas comunidades agrárias, como diz Bernstein, “a energia da força muscular humana” ainda vige.

Até mesmo os adoradores do ciclope do agronegócio já devem ter visto isso acontecer por meio de homens, mulheres e jegues.

Volto ao assunto. Feliz Natal a todos.

---

**Monsanto censura e difama pesquisas contrárias ao seu milho transgênico. Silvia Ribeiro – Site do MST. 20/12/2013**

*La Jornada, Mexico, Tradução Adital*

Em 2012, uma equipe científica liderada por Gilles-Éric Séralini publicou um artigo mostrando que ratos de laboratório alimentadas com milho transgênico da Monsanto durante toda a sua vida desenvolveram câncer em 60-70% (contra 20-30% em um grupo de controle), além de problemas hepático-renais e morte prematura.

Agora, a revista que publicou o artigo se retratou, em outra amostra vergonhosa de corrupção nos âmbitos científicos, já que as razões apresentadas não são aplicadas a estudos similares da Monsanto. O editor admite que o artigo de Séralini é sério e não apresenta incorreções; porém, os resultados não são conclusivos, algo característico de uma grande quantidade de artigos e é parte do processo de discussão científica.

A retratação aconteceu após a revista ter contratado Richard Goodman, ex-funcionário da Monsanto, como editor especial. É o corolário de uma agressiva campanha de ataque contra o trabalho de Séralini, orquestrado pelas transnacionais. O caso recorda a perseguição sofrida por Ignacio Chapela, quando publicou na revista Nature que havia contaminação transgênica no milho camponês de Oaxaca.

Em outro contexto, mas sobre o mesmo tempo, Randy Schekman, que recebeu o Nobel de Medicina 2013, ao receber o prêmio chamou a boicotar as publicações científicas, "como Nature, Science e Cell" (e poderia ter incluído a que agora retratou a Séralini) pelo dano que estão causando à ciência, ao estar mais interessados em impactos midiáticos e lucros do que na qualidade dos artigos.

Schekman assegurou que nunca mais publicará nessa revista e chamou a publicar em revistas de acesso aberto, com processos transparentes. Soma-se a outras denúncias sobre a relação incestuosa das indústrias com esse tipo de revista, para conseguir a autorização de produtos através de publicar artigos científicos.

O estudo de Séralini é muito relevante para o México porque os ratos foram alimentados com milho 603 da Monsanto, o mesmo que as transnacionais solicitam plantar em mais de um milhão de hectares, no norte do país.

Caso seja aprovado, esse milho entraria massivamente na alimentação diária das grandes cidades do país, cujas 'tortillerías' (que fabricam tortilhas, feitas por milho), se abastecem principalmente nesses Estados.

Como o México é o país onde o consumo humano direto de milho é o mais alto do mundo e durante toda a vida, o país se converteria em uma repetição do experimento de Séralini, com gente em vez de ratos, com altas probabilidades de desenvolver câncer em alguns anos, em um lapso de tempo suficiente para que o governo tenha mudado e as empresas neguem sua responsabilidade, alegando que foi há muito tempo e não se pode demonstrar o milho transgênico como causa direta.

O artigo de Séralini foi publicado na revista Food and Chemical Toxicology após uma revisão de meses por outros cientistas. Às horas de sua publicação e em forma totalmente anticientífica (não podiam avaliar os dados com seriedade nesse tempo) cientistas próximos à indústria biotecnológica começaram a repetir críticas parciais e inexatas, curiosamente iguais, já que provinham de um tal Centro de Meios de Ciência, financiado pela Monsanto, pela Syngente, pela Bayer e por outras multinacionais.

Para retratar o artigo, agora se alega que o número de ratos do grupo de controle foi muito baixo e que os ratos Sprague-Dawley usadas na experimentação têm tendência a tumores. Omitem dizer que a Monsanto usou exatamente o mesmo tipo e a mesma quantidade de ratos de controle em uma experimentação publicada em sua revista, em 2004; porém, somente por 90 dias, reportando que não havia problemas, conseguindo a aprovação do milho Monsanto 603.

Séralini prolongou a mesma experimentação e a ampliou, durante toda a vida dos ratos e os problemas começaram a aparecer a partir do quarto mês. Fica claro que a revista aplica duplo padrão: um para a Monsanto e outro para os que mostram resultados críticos.

A equipe de Séralini explicou que o número de ratos usados é padrão em OCDE em experimentos de toxicologia; mas para os estudos de câncer são utilizados mais. Porém, seu estudo não buscava câncer, mas possíveis efeitos tóxicos, o que ficou amplamente provado.

O maior número de ratos em estudos de câncer é para descartar falsos negativos (que haja câncer e não se veja); porém, nesse caso, a presença de tumores foi tão grande que, inclusive, para essa avaliação seria suficiente. Desde o início, sua equipe também assinalou que mais estudos específicos de câncer devem ser feitos.

Em âmbito global, há vários comunicados assinados por centenas de cientistas defendendo o estudo de Séralini; porém, no México, a Cibiogem (Comissão de Biossegurança), fazendo jus à sua falta de objetividade e compromisso com a saúde da população, publica somente o lado da controvérsia que favorece às transnacionais, ignorando as respostas de inúmeros cientistas independentes.

Isso é mais preocupante já que o governo afirma que a liberação do milho transgênico no México será decidido por critérios científicos. No entanto, consulta somente cientistas como Francisco Bolívar Zapata, Luis Herrera Estrella, Peter Raven e outros que têm conflitos de interesse devido à sua relação com a indústria biotecnológica.

O tema do milho no México excede os aspectos científicos; porém, qualquer consulta deve ser aberta e com cientistas que não tenham conflitos de interesse. Por exemplo, levar em consideração os documentos da Unión de Científicos Comprometidos con la Sociedad, apoiados por mais de 3 mil cientistas em âmbito mundial.

---

**Não faltarão alimentos nas próximas décadas. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 28/12/2013**

*Todo empreendimento agrário está entregue ao imprevisível mercado, com flutuações que em um só ano podem aniquilá-lo, largado ao léu por que a iniciativa tem que ser privada*

Certeza um: se não houver um desastre climático global de grandes proporções, não faltarão produções agropecuárias para a demanda de alimentos, proteínas animais, fibras, derivados celulósicos e energia renovável, nesta década e nas próximas. Isto inclui o cabalístico ano de 2050, para quando as previsões arregalam olhos alarmados.

Certeza dois: andar devagar, mas muito devagar, a inserção social das populações camponesas, que podemos substituir por agrárias, para não ofender a senadora Kátia Abreu com “marxismos infantis”, na procura de acesso às aquisições de aparelhos que tornam a sobrevivência mais farta, livre e segura.

Essas as conclusões que procurávamos na coluna anterior, servindo-nos dos estudos de Henry Bernstein, e que sugerimos à discussão nesta semana que se antecipa a um novo ano.

De tal forma está organizada a cadeia do agronegócio, desde a sua fase primária até a comercialização e distribuição dos bens, passando por uma concentração brutal de negócios em conglomerados cujos capitais têm seus pés fincados fundo no mercado financeiro internacional, que é praticamente impossível faltar alguma coisa. Ela faliria, e daí, babau.

Fato adicional que reforça o argumento, é o pequeno número de culturas e de proteínas animais necessárias à segurança alimentar das populações do planeta.

Pensem aí no que forma o mercado de commodities agrícolas e como elas precisam ser produzidas para gerar escala, produtividade e, no final, manutenção da atividade e crescimento através de muita tecnologia e pouquíssima mão de obra.

Não se planta muita soja, milho, trigo, arroz, para fazer desfeita à graviola. Planta-se o que o mundo pede.

No caminhar da história e das “dinâmicas de classe da mudança agrária” (apud Bernstein), saem homens, mulheres e jegues; entram organismos geneticamente modificados, tecnologias nutricionais e fitossanitárias mais efetivas e senhores de nome John Deere e Ferguson.

E nós? Poderão perguntar os quase 3,5 bilhões de pessoas que, segundo a FAO, vivem em áreas rurais, 75% em atividades agrícolas? Continuaremos partindo para os centros urbanos, como tem sido a tendência? A indústria e os serviços virão a nós ou devemos ir atrás deles? Serão injetados capitais e infraestrutura social para atender nossas necessidades de saúde, educação, saneamento?

A mim, esse é um desenvolvimento que parece pouco provável através dos meios, programas e summits até aqui usados. Da mesma forma, dos tímidos contramovimentos envolvidos nas lutas agrárias do lado pobre do mundo, que abriga 97% desses necessitados.

Como pergunta Bernstein: quais as bases sociais desses movimentos, sua representatividade, que forças sociais coonestam suas exigências e dão eficácia às suas ações, são movimentos unidos ou fragmentados?

A verdade é que não é plausível essa incorporação ser feita para atender ou ajudar para alimentar “uma população mundial tantas vezes maior e tão mais urbana do que na época em que os camponeses eram os principais produtores da comida do mundo”.

Sugiro ao autor do livro: procure adicionar ao fator alimentação a miríade de produtos criados pela tecnologia a partir de produtos agrários. Aí que não dá mesmo.

Um mundo que se estende da bolsa de futuros de Chicago e dos conglomerados multinacionais à diferenciação de classes do “capitalismo camponês” e suas contradições.

É quando penso no Estado e justifico planejamento. Quando ando em pequenas lavouras de tomates, cebolas, batatas, frutíferas, hortaliças, flores. Mamona, pimenta, guaraná, alho. De criações de ovinos e crocodilos. De tanques de piscicultura. Na carcinicultura. Girassol, aveia, algas marinhas.

Enfim, em todos os empreendimentos agrários que são entregues jogados ao imprevisível mercado, com flutuações que em um só ano podem aniquilar um negócio, largado ao léu por que a iniciativa tem que ser privada. Sem apoio nenhum.

Assim parecemos modernos. Assim parecemos liberais.

E o Estado? Ora, o Estado tem que se preocupar com os grandes itens. Tem que tratar de fornecer segurança, saúde, educação. Que nem isto dá.

Ficam assim mais de quatro milhões de pequenas propriedades ao que vier, penduradas nas tetas da sorte no mercado, e a grande empresa privada, cada vez mais produtiva e lucrativa, a deixar aos homens, mulheres e jegues suas mais secas tetas.

Direcionamento de culturas e apoio à agricultura familiar, em todas as regiões agrárias pobres do planeta. Este o fio de esperança nesse massacre sem final previsto.

---

### **Doação de cestas de alimentos beneficia mais de 380 mil famílias. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 30/12/2013**

Ao longo de 2013, diversas comunidades foram contempladas com mais de 1,4 milhão de cestas de alimentos. Os produtos foram distribuídos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no contexto de ação coordenada pelo Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), beneficiando mais de 380 mil famílias de trabalhadores rurais acampadas, comunidades de quilombolas, de terreiros, indígenas, atingidos por barragens, pescadores artesanais, vítimas de calamidades e outros grupos populacionais em situação de insegurança alimentar.

Para compor as cestas distribuídas, que totalizaram 17,8 mil toneladas de alimentos, a Conab fez uso de estoques originários da agricultura familiar (leite em pó e arroz beneficiado), realizou aquisições diretamente de cooperativas de produtores familiares, por meio da compra institucional a partir dos editais de chamadas públicas, e complementou os estoques com compras via pregão eletrônico.

De acordo com o superintendente de Abastecimento Social da Conab, Antônio Vilson Gauche, além da distribuição das cestas já citada, o excedente dos estoques originário de aquisições da Agricultura Familiar é canalizado para a suplementação alimentar de famílias assistidas por entidades de interesse social. "A Companhia compra a produção de agricultores familiares, apoiando o segmento e fortalecendo as economias locais/regionais, para, em seguida, suplementar a oferta de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade nutricional", ressalta.

---

### **MDS e Fiocruz realizam curso à distância de Educação Alimentar e Nutricional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 31/12/2013**

*Iniciativa vai qualificar mais de 2 mil gestores municipais e estaduais que atuam no Programa Bolsa Família*

Brasília, 31 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), ampliou o prazo para que os gestores municipais e estaduais participem de curso à distância Educação Alimentar e Nutricional no Contexto do Programa Bolsa Família. Agora, as inscrições vão até 24 de janeiro de 2014. As aulas começam em abril.

O curso, com carga horária de 188 horas, foi planejado para que profissionais de assistência social, educação e saúde articulem e organizem ações de educação alimentar e nutricional integradas às políticas, programas e projetos em seu território, aperfeiçoando um trabalho conjunto e integrado. São 2.025 vagas para 640 municípios, todos os estados e o Distrito Federal. A seleção dos municípios ocorreu a partir de dados sobre índices de insegurança alimentar grave e bom acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família.

“O objetivo é potencializar a oferta dos serviços públicos aos beneficiários, estimular o trabalho intersetorial entre estes trabalhadores, garantindo o direito a uma alimentação adequada e saudável, por meio do aprimoramento das práticas de educação alimentares e educacionais”, afirmou a coordenadora geral de Educação Alimentar e Nutricional do MDS, Janine Coutinho.

---

**No bolso dos pobres. Luiz Antonio Cintra – Site da Carta Capital, Economia. 31/12/2013**

*Desde 2008, o custo da cesta básica sobe acima da inflação oficial*

O planalto escolheu o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, para anunciar em cadeia nacional de rádio e tevê o fim da cobrança dos impostos federais nos produtos da cesta básica. Foram desonerados alimentos e bens de higiene pessoal, itens como arroz, feijão, leite, farinha de trigo, carne, banana, tomate, pão francês, pasta de dente e sabonete. A expectativa anunciada àquela altura por Dilma Rousseff era de que os preços caíssem entre 9% e 12,5%, na mesma proporção das alíquotas extintas. “Conto com os empresários para que isso signifique uma redução dos preços”, disse a presidenta.

Oito meses depois, as estatísticas mais recentes demonstram que o Planalto fez a aposta errada. E que será preciso encontrar um plano B para reverter a tendência de alta dos produtos básicos, que após um alívio temporário, ligado principalmente às flutuações internacionais, voltaram ao movimento verificado desde o fim de 2007, subindo acima da média dos preços, captada pelo IPCA.

Nos últimos 12 meses, segundo o Dieese, a alta acumulada da cesta básica é negativa em apenas duas capitais pesquisadas, Florianópolis e Goiânia, onde os preços caíram muito menos do que o esperado pelo governo, com recuos de 0,58% e 0,27%, respectivamente. Nas outras 16 cidades pesquisadas, o movimento foi de elevação, em alguns casos com aumentos no ano de dois dígitos. Em Salvador, a maior alta registrada, a cesta subiu 13%, segundo levantamento divulgado na quarta-feira 11, seguida por Rio de Janeiro (11,02%), Natal (10,95%) e Porto Alegre (10,36%). As menores variações positivas no período, segundo o Dieese, deram-se em Brasília e Fortaleza, ambas com variações de 2,96%.

“O andamento dos preços da cesta básica indica que o efeito da desoneração foi nulo”, diz o economista Paulo Picchetti, pesquisador do Ibre-FGV. “Com as vendas crescendo em um ritmo mais lento e a alta do dólar, os varejistas, principalmente os supermercados, aproveitaram a desoneração para recompor as margens de lucro.” No caso dos alimentos, diz o especialista, consolidou-se uma mudança de preços relativos, na comparação com os produtos manufaturados, tendência que dificilmente será invertida a curto prazo.

Segundo o especialista, o governo errou o alvo ao optar pelo corte dos impostos, que somou 5,3 bilhões de reais, entre janeiro e outubro, de um total de 62 bilhões de reais a menos em arrecadação, fruto dos alívios tributários concedidos a diversos setores com o objetivo de acelerar o crescimento econômico sem gerar mais inflação. Melhor seria, avalia Picchetti, ter atacado o lado da oferta, que não tem crescido no ritmo necessário para fazer frente à demanda aquecida. “As desonerações dão um alívio momentâneo, funcionam apenas pontualmente e por um determinado período. Mas não são capazes de



mudar a tendência, inclusive porque a demanda tende a aumentar em um primeiro momento, o que volta a pressionar os preços.”

Em uma perspectiva mais ampla, a comparação da evolução da cesta básica com a média dos preços, captada pelo IPCA, indica uma inflexão a partir do último trimestre de 2007 e início de 2008, portanto ainda antes do estouro da crise internacional após a quebra do Lehman Brothers, em setembro de 2008. “A opção do governo para sair da crise foi acelerar a geração de empregos e aumentar a oferta de crédito, por meio dos bancos públicos, o que resultou em um crescimento expressivo da demanda. Por isso essa inflação não deixa de ser positiva para o desenvolvimento”, diz Alberto Borges Matias, professor da FEA-USP de Ribeirão Preto.

Assim como Picchetti, Matias considera que, para reverter essa tendência, não faz sentido a opção pela alta da Selic, atualmente em 10% ao ano, após seis altas consecutivas. “É muito mais relevante melhorar as condições para o financiamento agrícola, de modo a garantir a expansão da oferta”, diz Matias, exatamente o contrário do que o BC tem feito. Além disso, alguns itens enfrentam problemas específicos. Na cadeia produtiva do leite, houve, por exemplo, a quebra de várias cooperativas relevantes. A farinha de trigo sofre os reflexos das oscilações do dólar e do mercado internacional.

Na pesquisa mais recente do Dieese, outro movimento dos preços chamou a atenção. Com a alta do custo da cesta básica, um trabalhador que ganha salário mínimo teria de trabalhar em novembro 93 horas e 17 minutos para adquirir o conjunto de produtos, uma hora além do necessário em outubro.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,  
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,  
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa